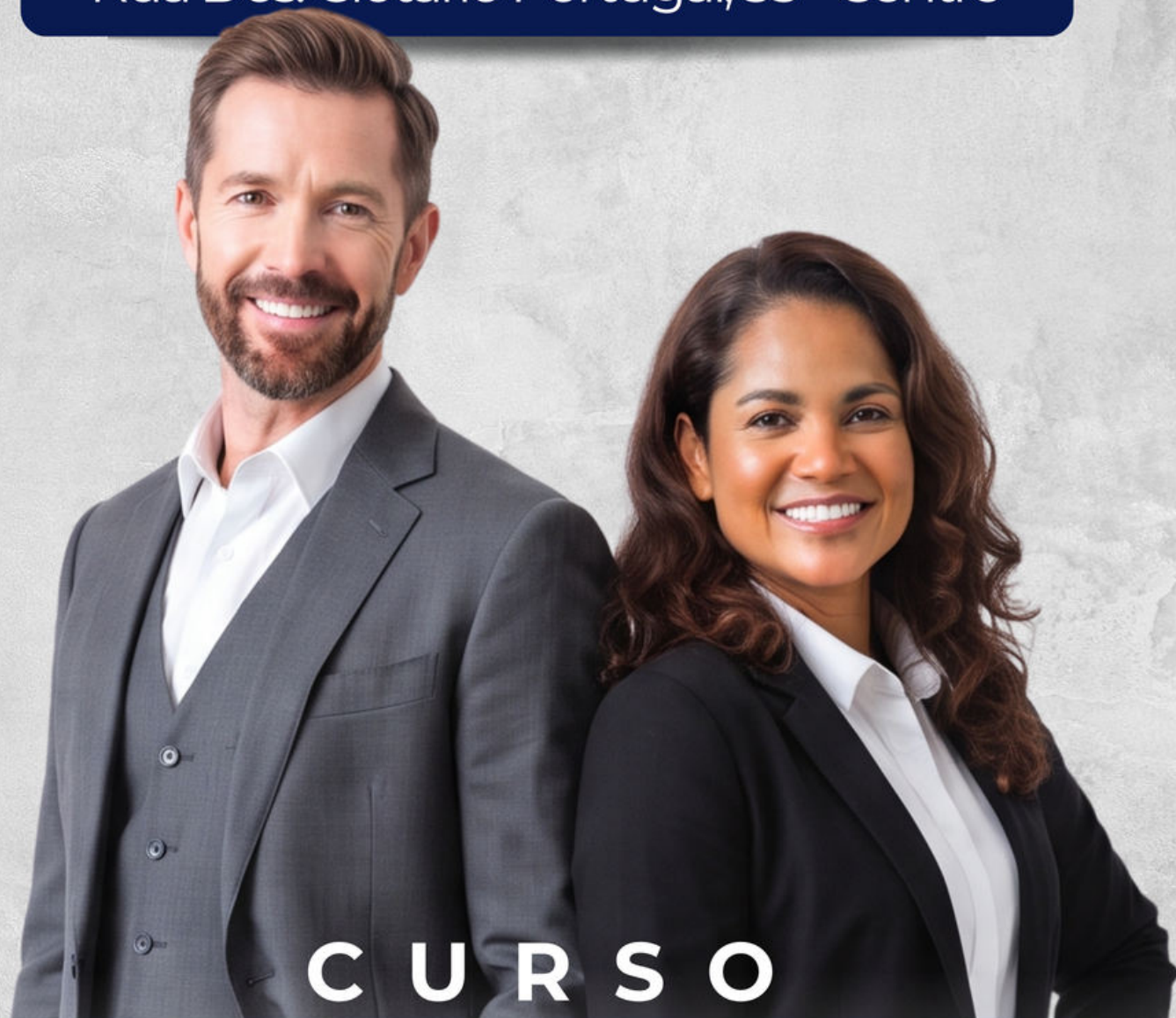


22, 23, 24 E 25 DE SETEMBRO
CURITIBA - PR

Hotel Granville
Rua Des. Clotário Portugal, 35 - Centro



C U R S O

**AS NOVAS REGRAS PARA
ELABORAÇÃO E DESTINAÇÃO
DAS EMENDAS IMPOSITIVAS
DOS VEREADORES NA
LOA/2027**

Objetivo Geral

Proporcionar conhecimentos técnicos sobre as novas regras aplicáveis à elaboração, destinação, execução, fiscalização e monitoramento das emendas parlamentares impositivas no âmbito municipal, considerando as alterações introduzidas pela legislação e pela jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal.

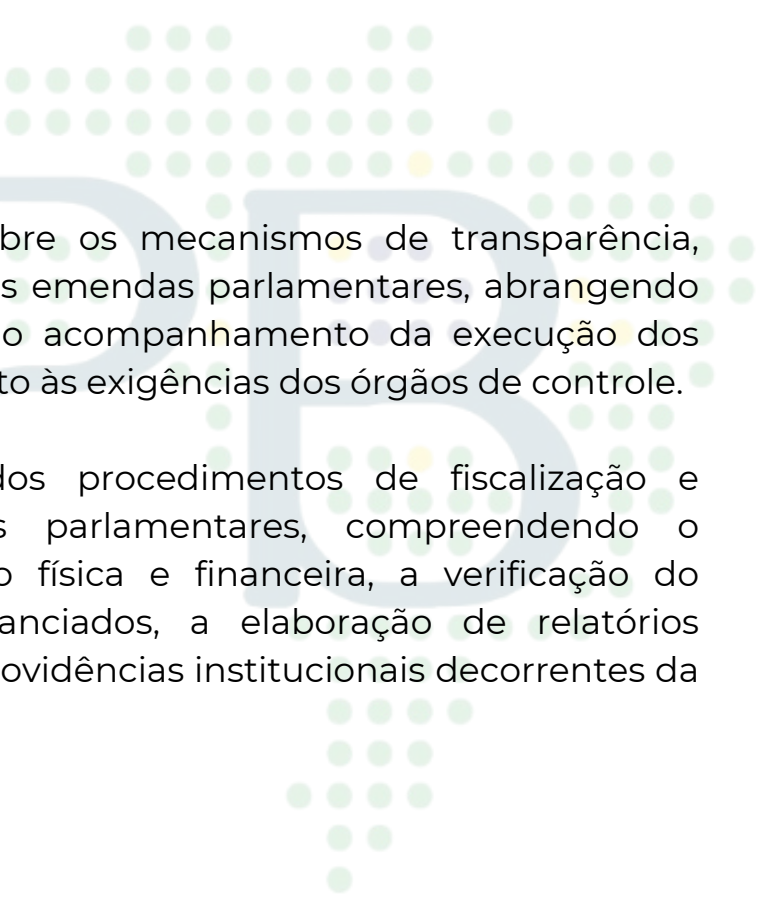
Apresentar a estrutura normativa das emendas parlamentares impositivas, demonstrando sua aplicação no processo legislativo orçamentário e os procedimentos relacionados à elaboração e aprovação das leis orçamentárias municipais.

Desenvolver conhecimentos sobre os critérios técnicos para elaboração das emendas parlamentares, contemplando os requisitos de admissibilidade, os limites legais, a compatibilidade com os instrumentos de planejamento e os critérios de viabilidade técnica para sua execução.

Demonstrar os procedimentos aplicáveis à destinação dos recursos públicos, à definição dos beneficiários, à execução orçamentária e financeira e às responsabilidades administrativas decorrentes da implementação das emendas parlamentares.

Apresentar as principais decisões do Supremo Tribunal Federal relacionadas às emendas parlamentares, seus reflexos para os Municípios e as adequações necessárias à legislação orçamentária e à legislação municipal.

Compreender os procedimentos administrativos relacionados à execução das emendas parlamentares pelas Secretarias Municipais e pelas entidades beneficiárias, incluindo os instrumentos de formalização, acompanhamento da execução e prestação de contas.



Desenvolver conhecimentos sobre os mecanismos de transparência, publicidade e rastreabilidade das emendas parlamentares, abrangendo a divulgação das informações, o acompanhamento da execução dos recursos públicos e o atendimento às exigências dos órgãos de controle.

Capacitar para a aplicação dos procedimentos de fiscalização e monitoramento das emendas parlamentares, compreendendo o acompanhamento da execução física e financeira, a verificação do cumprimento dos objetos financiados, a elaboração de relatórios parlamentares e a adoção das providências institucionais decorrentes da atividade fiscalizatória.

Cronograma

22/09/2026 - Terça-feira | 13:00 às 14:00
CREDENCIAMENTO DOS PARTICIPANTES

22/09/2026 - Terça-feira | 14:00 às 17:00
MÓDULO I | EVOLUÇÃO DAS EMENDAS IMPOSITIVAS E OS NOVOS PRECEDENTES

- Evolução constitucional das emendas impositivas
- Emendas impositivas na LOA/2027
- Etapas do processo legislativo que são obrigatórias para as emendas parlamentares e suas especificidades
- Competência dos vereadores em matéria orçamentária
- Limites ao poder de emendar o orçamento municipal
- Vedação à destinação de emendas para entidades vinculadas a parentes do vereador autor
- Principais impactos das decisões do STF relacionadas as emendas parlamentares na atuação das Câmaras Municipais

23/09/2026 - Quarta-feira | 08:30 às 12:00

MÓDULO II | MODALIDADES DE EMENDAS PARLAMENTARES E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

- ADI 7.807 (Mato Grosso) Limites constitucionais das emendas de bancada estaduais e reflexos para os Municípios
- Controle de constitucionalidade das emendas parlamentares municipais
- Adequação da Lei Orgânica, da LDO e da LOA às recentes decisões do STF
- Vedação à instituição de modalidades de emendas incompatíveis com os parâmetros definidos pelo Supremo Tribunal Federal
- Rastreabilidade do processo legislativo vinculado as emendas parlamentares no Portal da Transparência da Câmara Municipal
- Publicidade dos atos legislativos relacionados às emendas parlamentares

23/09/2026 - Quarta-feira | 14:00 às 17:00

MÓDULO III | LIMITES FINANCEIROS, TRANSPARÊNCIA E RASTREABILIDADE

- Percentuais das emendas parlamentares na LOM
- Base de cálculo da Receita Corrente Líquida
- ADI 7.867 – Limite de 1,55% para as emendas parlamentares.
- Transparência das emendas parlamentares
- ADPF 854 – Novas regras de transparência, identificação do autor e rastreabilidade para câmara e prefeitura
- Contas específicas e publicidade das informações

24/09/2026 - Quinta-feira | 08:00 às 12:00

MÓDULO IV | ELABORAÇÃO TÉCNICA, VIABILIDADE E IMPEDIMENTOS LEGAIS

- Técnica de elaboração das emendas parlamentares
- Compatibilidade com o PPA, LDO e LOA
- Critérios de viabilidade técnica
- Impedimentos técnicos à execução
- Impedimentos legais para destinação dos recursos
- Destinação para órgãos públicos
- Destinação para entidades privadas sem fins lucrativos
- Reprogramação e remanejamento das emendas
- Vetos a emendas parlamentares e o processo e prazo para nova indicação

24/09/2026 - Quinta-feira | 14:00 às 17:00

**MÓDULO V | FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO
DAS EMENDAS PARLAMENTARES DOS VEREADORES**

- Competências da Câmara Municipal na fiscalização das emendas parlamentares
- Fiscalização da execução das emendas pelas Secretarias Municipais
- Fiscalização da execução das emendas pelas entidades beneficiárias
- Cronograma de acompanhamento da execução física e financeira
- Verificação do cumprimento do objeto e das metas estabelecidas
- Monitoramento da aplicação dos recursos públicos
- Identificação de atrasos, impedimentos técnicos e descumprimento da execução
- Acompanhamento da prestação de contas dos órgãos executores e das entidades beneficiárias
- Rastreabilidade das emendas parlamentares no Portal da Transparência
- Produção de relatórios de fiscalização e acompanhamento parlamentar
- Encaminhamento de recomendações aos órgãos executores
- Comunicação aos órgãos de controle interno, Tribunal de Contas e Ministério Público quando constatadas irregularidades
- Monitoramento das providências adotadas pelos órgãos fiscalizados
- Avaliação dos resultados alcançados com a execução das emendas parlamentares

25/09/2026 - Sexta-feira | 08:00 às 10:30

MÓDULO VI | DESTINAÇÃO DOS RECURSOS, EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

- Prazo para execução das emendas dos vereadores
- Fluxo administrativo da execução das emendas
- Execução obrigatória
- Impedimentos de ordem técnica
- Cronograma de execução financeira
- Planos de trabalho
- Contas específicas
- Prestação de contas
- Responsabilidade dos gestores e dos órgãos executores

Metodologia

O curso será desenvolvido por meio de aulas expositivas com abordagem técnica e prática, direcionadas ao estudo das emendas parlamentares impositivas no âmbito municipal, contemplando os procedimentos utilizados pelos vereadores durante a elaboração, apresentação, tramitação, destinação, acompanhamento e fiscalização das emendas.

Os conteúdos serão apresentados com base na Constituição Federal, na legislação orçamentária, na Lei Orgânica Municipal, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual e nas recentes decisões do Supremo Tribunal Federal, demonstrando os reflexos dessas normas na atuação do Poder Legislativo Municipal.

A metodologia compreenderá a análise das diferentes modalidades de emendas parlamentares, dos limites constitucionais e legais para sua apresentação, dos critérios de admissibilidade, dos procedimentos de elaboração técnica e das exigências relacionadas à indicação dos recursos e dos respectivos beneficiários.

Serão demonstrados os procedimentos utilizados pelos vereadores para a elaboração das emendas parlamentares, incluindo a identificação do objeto, a compatibilidade com os instrumentos de planejamento e orçamento, a observância dos critérios de viabilidade técnica e o atendimento às exigências previstas na legislação aplicável.

O curso abordará os procedimentos administrativos relacionados à execução das emendas parlamentares pelo Poder Executivo, compreendendo a atuação das Secretarias Municipais, os cronogramas de execução, os instrumentos administrativos utilizados e os procedimentos aplicáveis às entidades beneficiárias dos recursos públicos.

Também serão apresentados os mecanismos de transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares, abrangendo a identificação do parlamentar autor, a publicidade dos atos administrativos, o acompanhamento da execução dos recursos e a disponibilização das informações nos Portais da Transparência.

A metodologia contemplará os procedimentos de fiscalização e monitoramento das emendas parlamentares pelos vereadores, incluindo o acompanhamento da execução física e financeira, a verificação do cumprimento dos objetos financiados, a análise da prestação de contas e a elaboração de relatórios de acompanhamento parlamentar.

Durante o desenvolvimento do curso serão utilizados exemplos práticos, modelos de documentos, fluxos administrativos, procedimentos legislativos e estudos das recentes decisões do Supremo Tribunal Federal relacionadas às emendas parlamentares, demonstrando sua aplicação na organização, execução e fiscalização das emendas no âmbito dos Municípios.

Público-alvo

O curso é destinado a presidentes de câmaras municipais, vereadores, diretores gerais, diretores legislativos, secretários legislativos, procuradores jurídicos, assessores parlamentares, assessores legislativos, servidores públicos efetivos e comissionados que atuam diretamente na elaboração, análise, tramitação, destinação, fiscalização e acompanhamento das emendas parlamentares impositivas.

Abrange ainda técnicos legislativos, analistas legislativos, auxiliares administrativos, responsáveis pelos setores de protocolo, arquivo, gestão documental e secretaria legislativa, bem como profissionais envolvidos na autuação, distribuição, movimentação, controle de prazos, elaboração de documentos legislativos e acompanhamento da execução das emendas parlamentares.

O público compreende também profissionais das áreas de controle interno, contabilidade pública, planejamento, orçamento, transparência pública, tecnologia da informação, gestão documental e modernização administrativa, além de demais agentes públicos responsáveis pela organização, processamento, monitoramento, rastreabilidade e fiscalização das emendas parlamentares no âmbito das Câmaras Municipais.

O curso destina-se também a prefeitos, vice-prefeitos, secretários municipais, procuradores municipais, controladores internos, contadores públicos, diretores de planejamento, diretores financeiros, gestores de convênios, servidores das Secretarias Municipais e demais agentes públicos do Poder Executivo responsáveis pela análise da viabilidade técnica, execução orçamentária e financeira, celebração dos instrumentos administrativos, acompanhamento da execução, prestação de contas e cumprimento das obrigações decorrentes das emendas parlamentares impositivas.

Palestrante

André Luiz de Oliveira



É escritor e autor com atuação técnica na área da Administração Pública e do Poder Legislativo, com livros reconhecidos e difundidos no cenário nacional e internacional. Entre seus principais livros publicados figuram-se:

Livro: Manual de Processo Legislativo da Câmara Municipal da Proposição ao Texto Legal: Instrumentos Técnicos e Procedimentos para Elaboração, Tramitação e Redação das Leis

Livro: Manual do Vereador Atual: Planejamento Parlamentar para um Mandato Eficiente.

Livro: Administração Pública e Financiamento da Educação.

Livro: Poder Legislativo, Inovações e Conceitos para Ampliar a Eficiência da Câmara Municipal

Livro: Câmara Municipal Ações e Práticas Inovadoras para Vereadores, Servidores e Assessores

É Doutorando em Políticas Públicas e Gestão da Educação UTP-PR. É Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação UTP-2018, graduado em Gestão Pública CRA-PR 03-01450, graduado em Ciências Políticas, graduado em Sociologia, graduado em Filosofia, pós graduado em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal, pós graduado em Administração Pública e Gerência de Cidades, pós graduado em Docência e Didática do Ensino Superior. Foi Vereador de 2017/2020, é autor de mais de trinta leis publicadas no legislativo municipal.

Currículo completo em:

<https://lattes.cnpq.br/6790541459817477>

GESTÃO PÚBLICA BRASIL

📍 Rua Francisco Rocha, 176 - Batel - Curitiba/PR
🌐 gestaopublicabrasil.com.br

☎ (41) 9 9786-5376
✉ gestaopublicabrasilcursos@gmail.com

Investimento

R\$ 2.790,00

Local

Hotel Granville

Rua Des. Clotário Portugal, 35 - Centro
Curitiba - PR

Incluso neste curso:

- Curso presencial, com carga horária de 20 horas
- Apostila
- Material prático impresso
- Kit aluno
- Coffee break
- Certificado

Obrigatório cadastro e registro biométrico facial para controle de frequência. Emissão de certificado com carga horária cursada conforme registro de presença por biometria facial.

O participante receberá uma consultoria online pós curso gratuitamente, via WhatsApp, e-mail ou telefone, durante 30 dias sobre o tema do curso.

GESTÃO PÚBLICA BRASIL

 Rua Francisco Rocha, 176 - Batel - Curitiba/PR
 gestaopublicabrasil.com.br

 (41) 9 9786-5376
 gestaopublicabrasilcursos@gmail.com

Sobre a Gestão Pública Brasil

Registrada no Conselho Federal e no Conselho Regional de Administração do Estado do Paraná sobre o número 03267/CRA-PR.

Notória Especialidade Técnica publicada no Diário Oficial da União. Seção 3 ISSN 1677-7069 N° 95, em 22/05/2026, PÁG.173 Código Localizador: 05302026052200173.

Certidão disponível em nosso site:

↓ <https://gestaopublicabrasil.com.br/certidoes/>

Dados bancários

Banco Sicoob

Agência: 4340

Conta corrente: 191053-1

Chave pix: CNPJ

40.178.961/0001-05

GESTÃO PÚBLICA BRASIL

📍 Rua Francisco Rocha, 176 - Batel - Curitiba/PR
🌐 gestaopublicabrasil.com.br

📞 (41) 9 9786-5376
✉ gestaopublicabrasilcursos@gmail.com



GESTÃO PÚBLICA BRASIL

CONHECIMENTO QUE TRANSFORMA

Direitos autorais reservados à Gestão Pública Brasil LTDA

Obra protegida pela Lei nº 9.610/1998

GESTÃO PÚBLICA BRASIL

📍 Rua Francisco Rocha, 176 - Batel - Curitiba/PR
🌐 gestaopublicabrasil.com.br

📞 (41) 9 9786-5376
✉ gestaopublicabrasilcursos@gmail.com